



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
1	Ventilador/Respirador Fixo/Portátil: Eletrônico microprocessado, projetado para atender as necessidades específicas dos pacientes adulto, infantil e neonatal. Apresentação e características exclusivas que tornam o manuseio simples. Possui sistema de fixação específico para uso em ambulâncias, macas e unidades de resgate, inclusive aéreo. Alimentação: 85 A 265 Vac. (comutação Automática)/ 85 To 265. (automatic Commutation) / 85 A 265 Vac. (conmutación Automática) Frequência de operação: 50/60 Hz Bateria: Recarregável com 04 horas de autonomia / rechargeable with 04 hours of autonomy/recargable con 04 horas de autonomia. Parâmetros Ventilatórios: Volume Corrente: 0,06 ml a 1500ml / 0,06ml a 1500ml Frequência Respiratória: 2 a 99 rpm Tempo Inspiratório: 1,0s; Pressão Inspiratória Limite: 1 a 99cmH2O / 1 to 99cmH2O Sensibilidade por Pressão: OFF:-1 à 20cmH2O Concentração de O2 / 50 a 100% de O2. Alimentação de Gás: Gás / Gas / oxigênio Pressão de Alimentação: 40 a 150 psi (275 a 1035 kPa); Aplicação: transporte intra / extra hospitalar e atendimento de emergência em pacientes adulto, infantil e neonatal Modalidades: VCV, PLV, SIMV, CPAP, manual e espontânea Teclado de membrana com seletor tátil sensível grande para fácil alteração de parâmetros Controles diretos para volume corrente, frequência, relação I:E, concentração de oxigênio, pressão máxima, Peep, ciclo manual. Alarmes de pressão máxima, desconexão, bateria fraca, alimentação do ventilador e incluindo a rede de gases Permite ajuste de 50 a 100% de oxigênio Tecla de stand by Silenciador de alarme por 2 minutos Entrada de bateria externa de 11,1 vdc Valvula reguladora de pressão incorporada Peso: 4 kgs aproximadamente.	UND	2
2	Carro de emergência. Possui suporte para cilindro, possui suporte de soro, possui suporte para desfibrilador, possui tábuas de massagem, possui régua de tomadas com cabo de no mínimo 1,5m.	UND	2
3	Bomba de infusão. Bomba peristáltica para Administração de Medicamentos Enteral. Equipamento médico-hospitalar, utilizado infundir líquidos, tais como drogas e nutrientes, com controle de fluxo e volume nas vias venosas.	UND	2
4	Monitor multiparâmetros, para uso na monitoração de eletrocardiograma (ECG). Respiração, Temperatura, Pressão não invasiva (PNI) e Oximetria (SPO2) para uso em Pacientes adultos/Pediátrico/Neonatal.	UND	2
5	Cama Hospitalar Fowler com 02 movimentos, grades esmaltada e rodízio, para acomodação de pacientes adulto, infantil e obeso.	UND	2
6	Oxímetro de pulso portátil. Aparelho de oximetria: Utilizado para medição, de forma contínua e não invasiva da saturação parcial de oxigênio, (SPO2) no sangue e na frequência cardíaca, através de um sensor não invasivo.	UND	2
7	Biombo triplo com rodas.	UND	2
8	Suporte para soro totalmente em inox, altura regulável com 3 ganchos.	UND	2

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a aquisição emergencial de equipamentos para instalação e funcionamento de 02 (duas) unidades semi-intensivas no hospital municipal de João Lisboa (MA), em razão da pandemia do novo coronavírus (covid-19).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de João Lisboa (MA) tendo em vista à necessidade do emprego urgente de medidas de controle e contenção de riscos a saúde pública, em função da pandemia mundial de doença infecciosa viral respiratória causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), faz-se necessária a aquisição de equipamentos para instalação e funcionamento de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



02 (duas) unidades semi-intensivas no hospital municipal de João Lisboa (MA) que garantam aos pacientes que apresentarem quadros graves da doença as condições adequadas de tratamento.

2.2. Considerando o gravíssimo quadro enfrentado em todo o mundo, onde na data de 06/05/2020, há mais de 3 milhões de casos de covid-19 e quase 300.000 mortes, sendo que no Brasil já são mais de 120.000 infectados e quase 9.000 mortes, assim, equipamentos que compõem as unidades de terapia semi-intensiva e intensivas, esgotaram-se rapidamente, como demonstrado em reportagens diversas, limitando assim, o atendimento aos pacientes de quadros mais graves da doença que necessitam do auxílio de respiração mecânica.

2.3. Considerando, o quadro de escassez de disponibilidade de equipamentos que compõem as unidades de terapia semi-intensiva, que levou diversos órgãos e entidades estaduais, municipais e federais (como amplamente evidenciado pela mídia), a importarem de outros países, tais equipamentos, para atenderem as demandas dos hospitais, a aquisição emergencial de equipamentos para instalação e funcionamento de 02 (duas) unidades semi-intensivas no hospital municipal de João Lisboa (MA), em razão da pandemia do novo coronavírus (covid-19), mediante dispensa de licitação se faz necessária, uma vez, que esta se mostra a forma mais rápida e imediata de aquisição desses materiais, diante de um mercado esgotado no Brasil e em todo o mundo.

2.4. Finalmente, a ação pretendida deve ser implementada de forma pontual e eficaz, ou seja, imediata, por essa razão, escora-se na Lei nº 13.979/2020, no Decreto Federal nº 10.282/2020 que autorizam a contratação pública de forma diferenciada em situação de emergência, e no Decreto Municipal nº 017/2020 que declarou estado de emergência no município de João Lisboa (MA), uma vez, que a observância ao trâmite normal previsto na Lei nº 10.520/02, por sua natureza, demandam um lapso temporal cujo aguardo implicará em prejuízo ao interesse público.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Na execução do objeto, obriga-se a CONTRATADA a envidar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

- I) iniciar execução/fornecer o produto após o recebimento da ordem de Fornecimento/Execução.
- II) respeitar o prazo estipulado no contrato para a prestação do serviço;
- III) Substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem incorreções ou defeitos decorrentes do fornecimento/execução;
- IV) comunicar à FISCALIZAÇÃO qualquer irregularidade e providências a serem tomadas no fornecimento do objeto;
- V) facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;
- VI) responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- VII) Manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de qualificação exigidas no processo de Dispensa;
- VIII) O CONTRATADO(A) responderá, perante o usuário, por eventuais danos morais e materiais resultantes da utilização do objeto do contrato, independentemente de culpa.

3.2. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



da CONTRATADA para outras entidades.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto, a CONTRATANTE se compromete a:

- I) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento, desde que preenchidas as formalidades previstas neste Contrato;
- II) Designar servidores municipais, na qualidade de fiscal, para acompanhar o fornecimento do objeto deste Contrato;
- III) Comunicar à Contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra na execução do serviço.

5. DO PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. A vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, nos termos e condições previstas na Lei n. 8.666/93.

5.2. A prestação do serviço será feita imediatamente após o recebimento da “**Ordem de Serviço**” expedida pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela **Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento** da Prefeitura Municipal de João Lisboa-MA, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal acompanhada, das certidões negativas do INSS, FGTS, Municipal, Estadual e Federal.

6.2. O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS proporcionais mediante o(a) fornecimento/prestação dos serviços, à medida que forem entregues os mesmos, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

6.3. Os preços incluem todas as despesas com impostos, taxas ou outros encargos eventualmente incidentes sobre os produtos/serviços, não podendo sofrer reajuste de qualquer natureza.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações contratuais estabelecidas sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

7.2. As multas porventura aplicadas como sanção não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8. DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento.

8.2. Constituem motivos para rescisão de pleno direito do contrato, as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei 8.666/93.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



8.3. A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, devendo ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.

8.4. O Contrato poderá ser rescindido por convenção das partes, sem qualquer sanção ou penalidade, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

8.5. Fica ainda assegurado à CONTRATANTE, o direito à rescisão unilateral do contrato independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) Para atender o interesse e conveniência administrativa, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que seja efetuado o pagamento do produto/serviço efetivamente prestado/entregue até a data da rescisão;
- b) descumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE, feita em base contratual;
- c) transferência do objeto do contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE;
- d) desatendimento das determinações regulares de representantes que forem designados pela CONTRATANTE para acompanhar, na qualidade de fiscal, a execução do objeto;
- e) cometimento reiterado de falhas causadas na execução do serviço.

9. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá por perdas e danos que vier a sofrer a CONTRATANTE, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da CONTRATADA ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

João Lisboa (MA), 06 de maio de 2020.

Wilka Gabrielle Vasconcelos Sousa
Secretária Municipal de Saúde
06/05/2020

WILKA GABRIELLE DE VASCONCELOS SOUSA
Secretária Municipal de Saúde